

A EDUCAÇÃO PROPOSTA PELOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS PARA A CLASSE TRABALHADORA: A BNCC EM DESTAQUE

Eugenio Alves Cardoso¹

Fabiano Geraldo Barbosa²

Adele Cristina Braga Araujo³

Emanoel Rodrigues Almeida⁴

Resumo

Neste artigo, tentamos compreender os interesses da burguesia na educação da classe trabalhadora, que, no contexto de crise estrutural do capital, financiou encontros internacionais para debater a necessidade de expandir o sistema educacional dos países periféricos, com destaque para a conferência de Jomtien (1990). Para isso, desenvolveu-se um debate relativo ao contexto de realização desta conferência e, posteriormente, sobre sua influência na legislação educacional brasileira, com foco na Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Trata-se de um estudo bibliográfico, cuja metodologia ancora-se no materialismo histórico dialético, na busca por compreender o fenômeno estudado para além de sua aparência momentânea. Como resultados e discussões, constata-se o fato de que a burguesia, ao despender forças para organizar a educação nos países periféricos, como é o caso do Brasil, tem o objetivo de proporcionar as condições necessárias para reprodução da sociabilidade capitalista, em tempos de crise estrutural.

PALAVRAS-CHAVE: Crise estrutural. Educação. Classe trabalhadora.

LA EDUCACIÓN PROPUESTA POR LAS ORGANIZACIONES INTERNACIONALES PARA LA CLASE TRABAJADORA: LA BNCC EN EL PUNTO DE MIRA

Resumen

En este artículo pretendemos comprender los intereses de la burguesía en la educación de la clase trabajadora, que, en el contexto de la crisis estructural del capital, financió reuniones internacionales para debatir la necesidad de ampliar el sistema educativo de los países periféricos, con énfasis en la conferencia de Jomtien (1990). Para ello, se desarrolló un debate sobre el contexto en que se realizó esta conferencia y, posteriormente, su influencia en la legislación educacional brasileña, con foco en la Base Curricular Nacional Común – BNCC. Se trata de un estudio bibliográfico, cuya metodología está anclada en el materialismo histórico dialéctico, en la búsqueda de comprender el fenómeno estudiado más allá de su aparición momentánea. Como resultados y discusiones, queda claro que la burguesía, al gastar esfuerzos en organizar la educación en países periféricos, como Brasil, tiene el

¹ Mestre em Ensino e Formação Docente (IFCE), Professor da rede municipal de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil. *E-mail:* genioalves2010@gmail.com.

² Doutor em Educação Brasileira (UFC), Professor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE, Maranguape, Ceará, Brasil. *E-mail:* fabiano.barbosa@ifce.edu.br.

³ Doutora em Educação Brasileira (UFC), Professora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE, Horizonte, Ceará, Brasil. *E-mail:* adele.araujo@ifce.edu.br.

⁴ Doutor em Educação Brasileira (UFC), Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-IFCE, Maranguape, Ceará, Brasil. *E-mail:* emanoel.almeida@ifce.edu.br.

objetivo de proporcionar las condiciones necesarias para la reproducción de la sociabilidad capitalista, en tiempos de crisis estructural.

PALABRAS CLAVE: Crisis estructural. Educación. Clase obrera.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, buscamos compreender os interesses da burguesia na educação da classe trabalhadora no contexto de crise estrutural do capital, com destaque para a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em território nacional. Na segunda metade do século XX, mediante a situação de crise do capital, ocorreram encontros internacionais para debater a necessidade de educar a classe trabalhadora dos países periféricos, organizadas e financiadas por instituições burguesas. A principal delas foi a conferência de Jomtien, realizada em 1990. Em momentos de crise, o capital se ocupa em exercer maior controle sobre os complexos sociais, como forma de esconder seus problemas estruturais, que demonstram uma fragilidade relativa do sistema. Isso porque a crise em um modo de produção pode, inclusive, apontar para a sua superação.

A priori, acreditamos ser necessário esclarecer que o ser social é resultado da interação entre complexos sociais, que estão fundamentados no trabalho. Isto significa que o trabalho teleologicamente orientado é o ato que funda a sociabilidade humana, e, portanto, é nele que residem as mediações capazes de impulsionar o homem para sociabilidades cada vez mais complexas, inclusive para uma sociabilidade posterior ao capital.

Contudo, na educação, residem as mediações capazes de orientar a sociedade para sua reprodução, sendo este um complexo social originado pelo trabalho e chamado a atender, no cerne do ser social, uma função que não pode ser abarcada por ele. A função da educação consiste em repassar os conhecimentos, costumes e tradições acumuladas e decantadas pela sociedade para as gerações futuras, permitindo sempre a criação do novo, característica que só se encontra no ser social.

Ora, se quem inventou o machado de pedra, através do trabalho teleologicamente orientado, não repassasse estes conhecimentos, as futuras gerações teriam que inventar novamente o machado, envolvendo-se em um círculo

vicioso, no qual as gerações futuras reproduziram sempre o mesmo, não muito diferente da esfera orgânica, cuja “existência permanece totalmente submetida ao círculo das necessidades biológicas de sua autopreservação e reprodução do gênero” (Lukács, 2010, p. 44).

Por outro lado, o ato educativo de repassar para as novas gerações as técnicas para construção de um machado, permitiu a evolução do machado de pedra para o machado de metal, o que levou o ser social a desenvolver conhecimentos radicalmente novos. Portanto, na educação dos seres humanos, assim como no trabalho, existe relação teleológica, ou seja, ela é direcionada para atingir um fim bem definido, ainda que esta finalidade não resulte em uma objetivação.

Isto significa que a educação, dependendo da maneira como é direcionada, pode contribuir, ainda que de maneira limitada, para a superação de uma determinada forma de sociabilidade, pois o acesso ao saber acumulado e decantado pela humanidade, permite ao indivíduo superar cada vez mais sua determinação natural, tornando-se cada vez mais social, impulsionando-o, ontologicamente, para novas formas de sociabilidade.

Todavia, é necessário deixar claro que, a partir do surgimento da propriedade privada, este complexo social está condicionado a reproduzir os interesses da classe dominante. Ora, “as ideias das classes dominantes são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante” (Marx; Engels, 2009, p. 67).

Em outras palavras, na sociabilidade do capital, a educação é direcionada a reproduzir, predominantemente, a sociabilidade capitalista. Entretanto, fazer a crítica ao modelo de educação burguês, não significa menosprezar a relevância deste complexo social na luta da classe trabalhadora, uma vez que o domínio do capital, ainda que predominante, não é absoluto. Isto porque a sociabilidade do capital é marcada por contradições, resultados da coexistência de classes sociais com interesses distintos. Se o domínio do capital não é absoluto, na educação residem contradições que, se bem exploradas, podem contribuir com a luta da classe trabalhadora.

Esta afirmativa encontra sua fundamentação nas ações da própria burguesia, que, no atual momento de crise estrutural, empreende recursos materiais

e espirituais para subsumir a educação aos seus interesses, como forma de limitar o acesso da classe trabalhadora a um conhecimento revolucionário. Ou seja, restringir “o acesso ao que há de mais elevado, hoje, no âmbito do saber, nas suas mais diversas manifestações”. (Tonet, 2016, p. 57). Quanto mais aguda a crise do capital, maior será a necessidade da burguesia de se apropriar das mediações que ocorrem na educação escolar, com o propósito de limitar as possibilidades de luta através deste complexo social.

Com a finalidade de limitar a luta da classe trabalhadora, tendo a educação como mediação e, ao mesmo tempo, adequá-la às demandas do capital, a classe dominante se apropria da educação escolar em duas frentes principais: a primeira se dá através da mercantilização da educação, que passa a ser vista como uma mercadoria, ou seja, como fonte de lucro através da extração de mais valor. A segunda maneira, que chega mais claramente ao cotidiano da escola pública, ocorre através da produção de teorias, que visam conformar a classe trabalhadora com as desigualdades sociais, que é a característica fundamental do capitalismo. Segundo estes estudos, financiados por instituições burguesas, caberia à educação o papel de preparar o indivíduo para o bom convívio nesta imutável sociabilidade.

No contexto da crise de 1970, denominada por Mészáros, (2011) de crise estrutural, as instituições burguesas promoveram encontros de caráter mundial, com o objetivo de debater a educação da classe trabalhadora, especialmente nos países periféricos. Neste artigo, iremos abordar a conferência Jomtien, que ocorreu na Tailândia em 1990, organizada pela Unesco e financiada pelo Banco Mundial. Isto porque consideramos que esta conferência teve maior amplitude no direcionamento das políticas educacionais no nosso país, pois inaugura o discurso da necessidade da universalização da educação, como forma de reduzir as desigualdades sociais.

A política educacional brasileira, principalmente no que se refere à formação do currículo escolar e à formação de professores, fundamenta-se, principalmente, nas orientações dos organismos internacionais, presentes na conferência de Jomtien. Argumenta-se que a educação é responsável por produzir a cidadania e preparar o cidadão para a empregabilidade, sendo esta a sua finalidade (Brasil, 2018).

Diante desta conjuntura, faz-se necessário a seguinte reflexão: qual os interesses da classe dominante em propor um modelo de educação para a classe

dominada? Este debate é de relevante importância pois, em uma sociedade de classes, onde burguesia e proletariado possuem interesses radicalmente antagônicos, os professores comprometidos com a luta de classes, não podem acreditar ingenuamente na boa vontade da burguesia. É necessária uma reflexão profunda, para além das aparências, que possa orientar a prática docente à luta da classe trabalhadora.

Trata-se de um estudo bibliográfico, ancorado no materialismo histórico dialético, visto que nossa proposta é fazer uma “reflexão acerca dos fundamentos e pressupostos que explicam o funcionamento do real, levando em conta o momento histórico e o contexto em que os fatos estão situados” (Maia Filho, 2009, p. 91). Em outros termos, pretendemos compreender a educação para além da forma com a qual ela se apresenta, nos bem elaborados documentos propostos pela classe dominante.

A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E O DEBATE INTERNACIONAL SOBRE A EDUCAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Antes de nos aprofundarmos nas discussões sobre os impactos dos debates internacionais, relativos à necessidade de educar a classe trabalhadora, que resultou na conferência de Jomtien, acreditamos ser necessário, primeiramente, discorrer sobre a conjuntura social do período em questão. A segunda metade do século XX foi marcada por uma crise no modo de produção capitalista, que foi além das crises cíclicas, que são típicas do capital, resultado do seu próprio modo de acumulação.

As crises cíclicas, que possuem intensidade e duração variadas “são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação” (Mészáros, 2011, p. 795). Todavia, a crise de 1970 teve maior amplitude, ocorrendo de forma multifacetada, relacionada diretamente com a estrutura do capital, por isso, é considerada por muitos estudiosos como crise estrutural. Acerca deste cenário, Mészáros, afirma que:

Uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada”. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode

pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global (Mészáros, 2011, p. 796).

Ora, a estrutura do capital baseia-se na busca pelo lucro, que só pode ser obtido através da produção do mais valor, resultado da exploração da classe trabalhadora. No capitalismo, tudo é mercadoria que pode ser trocada no mercado, inclusive a força de trabalho. O homem que não tem mais nada para trocar, depende unicamente da venda de sua força de trabalho para sobreviver.

[...] o ato que funda a sociedade capitalista é o trabalho assalariado proletário. É este trabalho que, ao transformar a natureza, produz os bens materiais necessários à existência da sociedade, a mais-valia e o capital. Isto nos dá a estrutura fundamental da sociedade capitalista: a forma como é produzida a riqueza material e a divisão entre os que são proprietários dos meios de produção e os que apenas possuem a sua força de trabalho e com ela produzem a riqueza material da qual vive toda a sociedade (Tonet, 2020, p. 11-12).

Para garantir sua reprodução, o modo de produção capitalista, desde os seus primórdios, criou as condições necessárias para afastar a classe trabalhadora dos meios de produção, restando-lhes unicamente vender sua força de trabalho para sobreviver. E quem compra a força de trabalho, no caso, a burguesia, pretende lucrar com ela. Isto quer dizer que, quem vende a força de trabalho, precisa produzir mais que o necessário para a sua sobrevivência, pois também produz para quem a comprou.

A burguesia, ao comprar a força de trabalho, sempre obterá ao final do mês um valor maior do que o valor pago pela mão de obra. A força de trabalho como mercadoria tem a função de produzir riqueza superior àquela necessária para o seu pagamento. O “fato de que meia jornada de trabalho seja necessária para manter o trabalhador vivo por 24 horas de modo algum o impede de trabalhar uma jornada inteira” (Marx, 2013 p. 347). Assim sendo, se meia jornada de trabalho é suficiente para pagar o custo do trabalhador, a outra meia jornada trabalhada é o lucro do empregador, ou seja, o mais valor. Isto significa que não existe capitalismo sem a extração do mais valor, e produzir as condições necessárias para a extração do mais valor é condição essencial para a reprodução do capital.

Em contrariedade à lógica de reprodução da sociabilidade do capital, na segunda metade do século XX, uma série de fatores mundialmente combinados, resultaram na incapacidade do capital em extrair mais valor, especialmente nos países

desenvolvidos, fato que culminou com a crise de 1970. Dentre os fatores que levaram à crise, podemos destacar o aumento do preço do petróleo, que elevou consideravelmente os custos de produção, e, principalmente, o encarecimento da mão de obra nos países pioneiros da industrialização, situados na Europa e América do Norte. A culpa da crise recaiu sobre o Estado de bem estar social, que, de certa maneira, garantiu uma série de direitos para os trabalhadores.

Se a estrutura do capital reside na geração do lucro, que é resultado da exploração da classe trabalhadora, a não geração de lucro ocasionou uma crise em todo o sistema, que, se não contornada, poderia levar ao fim do próprio sistema capitalista. Não existe capitalismo sem lucro, e não existe lucro sem exploração do homem pelo homem. É impensável a existência do capitalismo em um cenário de igualdade social, independente das circunstâncias.

Diante do contexto de crise severa, “o sistema precisou empreender uma profunda reformulação no âmbito do seu tripé de sustentação metabólica, ou seja, nas relações trabalho-capital-Estado” (Rabelo; Mendes; Segundo, 2009, p. 5). A esta reformulação, deu-se o nome de reestruturação produtiva, que, dentre outros pontos, passava pela substituição do Estado de bem estar social pelo Estado neoliberal, e pela flexibilização das relações de trabalho, barateando os custos de produção, e inaugurando o início do que mais tarde se chamaria uberização do trabalho. O Estado neoliberal teve forte participação neste contexto, ao atuar de modo a permitir o afrouxamento das leis trabalhistas, inclusive nos países desenvolvidos.

Além disso, sobre a justificativa da globalização, o capital internacional se expandiu para os países periféricos, onde a mão de obra é muito mais barata e a legislação ambiental mais branda, o que permitiu a retomada dos lucros. Todavia, para facilitar a reprodução do capital aos moldes da reestruturação produtiva, fez-se necessário quebrar a resistência da classe trabalhadora dos países periféricos, bem como garantir-lhes a educação necessária para as novas relações de trabalho.

Diante dessa conjuntura de crise, ocorreu em 1990, na Tailândia, a conferência de Jomtien, sendo a primeira grande conferência internacional, com a finalidade de definir os objetivos e metas para a educação nos países periféricos, alvos da expansão capitalista. Tal conferência, que foi organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), e financiada, principalmente, pelo Banco Mundial, resultou na declaração mundial de Educação

para todos, cuja proposta principal foi a universalização da educação nos países periféricos, assessorada por organismos internacionais.

Perante esta conjuntura, a educação é entendida como uma saída para a crise do capital, uma vez que, para se extrair a mais valia dos proletários dos novos países industrializados, é necessário educá-los. Diante do exposto, concordamos com Tonet, quando o autor afirma que o interesse da burguesia na educação da classe trabalhadora neste contexto são, resumidamente:

[...] formar para o trabalho e educar para a cidadania/democracia. E, em menor escala, formar para a direção da sociedade. Importante observar: formar para o trabalho significa, aqui, essencialmente, preparar uma mercadoria para ser vendida no mercado e, com isso, ser explorada. Educar para a cidadania/democracia significa preparar ideologicamente as pessoas para que aceitem viver nessa sociedade – com determinados direitos e deveres – acreditando ser a melhor possível e onde existiriam oportunidades para todos, dependendo apenas do seu esforço pessoal (Tonet, 2020, p. 14-15).

Isto significa que, para os defensores das teorias pedagógicas progressistas, fundamentadas nos resultados da conferência de Jomtien, é necessário fornecer acesso à educação para a classe trabalhadora, com o objetivo de desenvolver suas capacidades produtivas. Também compete a educação preparar os indivíduos para o convívio social e para a cidadania, com a capacidade de atender às “novas exigências do processo produtivo, mas também conscientes dos seus direitos e dispostos a participar ativa e criticamente da construção de uma sociedade mais justa, mais humana e mais igualitária” (Tonet, 2016, p. 33).

Diante do exposto, com base no contexto da reestruturação produtiva, o capitalismo mundial defende a necessidade de garantir a educação para toda a classe trabalhadora, não por filantropia, mas como modo de garantir sua própria reprodução. Na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, um trabalhador que não domina as necessidades básicas do aprendizado defendida pela Unesco, não está nas condições necessárias para a extração do mais valor, conseqüentemente, tem pouca utilidade para o capital. Portanto, investir na educação da classe trabalhadora é uma necessidade do capital, sob pena de inviabilizar sua própria reprodução.

OS IMPACTOS DA CONFERÊNCIA DE JOMTIEN NA EDUCAÇÃO BÁSICA E NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NO BRASIL

A Conferência de Jomtien resultou na elaboração do relatório de Jacques Delors, intitulado “Educação: um tesouro a descobrir”, no qual se traçou objetivos e metas para a educação no século XXI. Neste relatório, a educação é considerada como a panaceia para os problemas sociais, capaz de resolver o problema do desemprego, da violência, da crise ambiental, da desigualdade social, entre outros, sustentada por uma visão idealista, que não corresponde ao movimento do real. Assim sendo, é colocada sobre a educação uma função redentora da humanidade, no qual “pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional” (Unicef, 2022).

No relatório de Jacques Delors, culpa-se a educação, ou a ausência dela, pela pobreza nos países periféricos. Por conseguinte, os sistemas educativos desses países devem organizar-se com a finalidade de adequar os indivíduos para a prática da “cidadania, assegurar a transmissão de conhecimentos e de cultura entre gerações, desenvolver as aptidões pessoais. Têm ainda por missão formar as pessoas qualificadas de que as economias virão a ter necessidade no futuro” (Delors, 1996 p. 180).

A conferência de Jomtien deu origem a outras conferências complementares, como a conferência de Nova Delhi (1993) e o Fórum de Dakar (2000), cujo objetivo principal foi reafirmar os compromissos dos países em desenvolvimento com a universalização da educação da classe trabalhadora. Os debates desenvolvidos nesses encontros inspiraram as reformas no sistema educacional brasileiro, que ocorreram a partir da década de 1990 e seguem em curso na atualidade, com a finalidade de aumentar a abrangência da educação básica em território nacional, que, de acordo com os documentos produzidos nestas conferências, é o nível educacional necessário para a classe trabalhadora.

Com base nas orientações dos organismos internacionais, foram criadas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares Nacionais, entre outros documentos, norteadores e normativos. Dentre esses documentos, merece destaque a Base Nacional Comum Curricular

(BNCC), que tem caráter normativo e influencia tanto o currículo escolar como as práticas pedagógicas.

A BNCC norteia o currículo da educação básica, promovendo o ensino por competências e habilidades, afirmando ser este o modelo de educação mais adequado para os estudantes brasileiros. Este documento define claramente que a educação deve ocorrer de forma direcionada a desenvolver competências específicas, ou seja, a educação é direcionada, de forma teleologicamente orientada, a atingir uma finalidade bem definida, que, como reafirmamos exaustivamente, é a adequação da classe trabalhadora à sociabilidade do capital.

Na BNCC, **competência** é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho [...]. Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) (Brasil, 2018, p. 08).

E continua:

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (Brasil, 2018, p. 15).

Nestas duas passagens da BNCC, é possível verificar o alinhamento com as premissas do capital, debatidas na conferência de Jomtien e expostas no relatório de Jacques Delors. Ao desenvolver no educando habilidades bem específicas, a educação seria capaz de melhorar o indivíduo e, conseqüentemente, a sociedade, através do desenvolvimento de atitudes e valores, com o objetivo de promover uma sociedade mais justa e igualitária. Um discurso muito bem elaborado, almejado pela maioria dos educadores e educandos, porém inatingível na sociabilidade capitalista.

É certo que a educação, por melhor que seja a intenção, jamais conseguirá alcançar tais objetivos, uma vez que são antagônicas às necessidades de reprodução do capital. As desigualdades sociais fazem parte da estrutura do modo de produção capitalista, não sendo apenas um defeito a ser solucionado, mas parte de seu sistema

sociometabólico de reprodução, e qualquer tentativa de humanizar o capital estará fadada ao fracasso. Deste modo, a educação propagada pela burguesia, que embasa a BNCC, serve, entre outros pontos, para esconder a raiz das desigualdades sociais, propondo soluções paliativas que jamais serão alcançadas. Faz-se acreditar que é possível a igualdade social, promovida pela educação, para desviar o foco da raiz do problema, que reside em todo o conjunto do modo de acumulação do capital.

Não obstante, de acordo com a BNCC, o conhecimento que é desenvolvido na escola precisa ter uma aplicabilidade na prática cotidiana, visando, principalmente, a adequação ao mundo do trabalho e a busca pela cidadania. “Como a desigualdade social é considerada algo natural, o exercício da cidadania e da democracia não têm como objetivo superá-la, mas apenas minimizar os seus efeitos mais perversos e, assim, permitir um constante aperfeiçoamento” (Tonet, 2020, p. 15).

A BNCC inspira-se nos quatro pilares da educação, presentes no relatório de Jacques Delors, no qual afirmam que o ensino deve ocorrer com base nas habilidades do aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, e aprender a viver, em um claro aceno às necessidades da burguesia. No contexto da reestruturação produtiva, onde o desemprego e a insegurança laboral são uma realidade para a classe trabalhadora, é de crucial importância que o educando, futuro trabalhador, desenvolva condições de se realocar no mercado de trabalho, pois esta é condição essencial para a geração do mais valor. O modelo de educação proposto pela BNCC, relativiza o acesso ao conhecimento que a humanidade já produziu, tratando o acesso ao saber sistematizado apenas como “acúmulo de informação”.

Reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades (Brasil, 2018, p. 14).

Isto significa que a educação deve ter uma aplicabilidade na prática cotidiana, que possa ser válida durante a inserção dos educandos no mercado de trabalho. De acordo com Maia Filho (*et al*, 2015, p. 93) na proposta de aprender a conhecer, entende-se que o aprendizado deve ser contínuo, portanto, cabe ao

trabalhador se responsabilizar pelo seu próprio aprendizado, inclusive arcando com o ônus financeiro. Ainda segundo os autores:

É preciso ainda “aprender a fazer”, caracterizando uma valorização do pragmatismo, afinal não é necessário que o trabalhador entenda o porquê dos processos executados por ele, basta que saiba executá-los. Com o “aprender a viver”, o capitalismo vai ajustando os indivíduos a evitarem maiores conflitos devidos às contradições do sistema. Por fim é ensinado o aprender a ser, isto é, ser aquilo que é conveniente para a reprodução e expansão do capital (Maia Filho *et al*, 2015, p. 93).

Diante do exposto, ficam claros os interesses da burguesia sobre a educação da classe trabalhadora, colocando como finalidade da atividade educativa, a preparação para o trabalho e, em menor grau, a busca pela cidadania e pela democracia, sendo este o desafio a ser enfrentado pela educação nos países periféricos. Assim, o que está em jogo é “a capacidade de cada um se comportar como verdadeiro cidadão, consciente das vantagens coletivas e sociais de participar na vida democrática. Trata-se de um desafio aos políticos, mas também, aos sistemas educativos, [...]” (Delors *et al*, 1998, p. 54).

Em uma sociedade onde o desemprego é crescente a nível mundial, resultado da modernização dos setores produtivos e do capital especulativo, afirma-se que a educação para a cidadania tem a capacidade de reduzir as desigualdades sociais. Contudo, a cidadania defendida pela Unesco é a subordinação do indivíduo às regras definidas pelo Estado, de caráter essencialmente burguês.

Ora, a construção da cidadania e, nela, a universalização da educação são partes integrantes da revolução burguesa, como já vimos. O que significa que persegui-las é o mesmo que correr atrás de uma miragem, de um objetivo desejável, mas inatingível. Isto não quer dizer que as lutas pelos direitos democrático-cidadãos não sejam justas e importantes. Quer apenas dizer que não se deve ter a ilusão de que é possível, no Brasil, alcançar o seu pleno desenvolvimento burguês e muito menos de que isto poderia significar o patamar mais elevado possível da emancipação humana. Quer dizer que ela – a cidadania, – com a atual crise, se realizará sempre e cada vez mais de maneira deformada e precária, avançando em alguns aspectos, mas retrocedendo na maioria deles. Em resumo, criando mais ilusões do que realidades (Tonet, 2016, p. 41).

Na esteira do avanço das teorias pedagógicas progressistas, pautadas nas recomendações da Unesco para a educação, a formação docente também é alvo de reformas. Ora, se precisa formar o cidadão adequado para o mundo globalizado, é necessário também educar, à maneira do capital, quem educa a classe trabalhadora. Neste contexto, foi criada, em 2019, a Base Nacional Comum para a Formação Inicial

de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), que normatiza a formação universitária dos professores em território nacional. Sob a alegação de que os baixos resultados nas avaliações de larga escala, a nível nacional e internacional, são resultado da má formação dos professores, essa lei visa alinhar a formação universitária às habilidades e competências da BNCC.

A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral (Brasil, 2019, p. 02).

Em ambos os casos, tanto a BNCC para a educação básica como a BNC formação, para além dos objetivos propagados, tem o objetivo de desviar o foco do real problema que perpassa por toda a sociedade, desmembrando a luta da classe trabalhadora. Foca-se em educação antirracista, educação ambiental, educação inclusiva, etc. sem levar em consideração que estes são apenas desdobramentos do sistema sociometabólico do capital. Ainda que resolver tais questões sejam importantes, pouco contribuem com a luta pela superação das desigualdades sociais.

Os estudos que conduzem as políticas educacionais são pautados em gnosiologias, onde as problemáticas não dão conta de abarcar a realidade social, restringindo-se a apenas uma faceta do problema: a faceta que melhor se adequa às necessidades da burguesia. Os objetivos propagados pela legislação educacional jamais serão alcançados, pois servem para criar a ilusão de que é possível uma sociedade mais justa no capitalismo, e define-se como objetivo da educação, a busca por justiça social.

A educação, à serviço da burguesia, jamais permitirá à classe trabalhadora a aquisição de qualquer conhecimento superior, que possa ser usado em prol da superação da sociabilidade do capital. Por isso, ocupa-se de criar ideais impossíveis de serem alcançados, e o não alcance desses ideais é, na maioria das vezes, creditado a quem executa tais políticas, ou seja, o professor.

Entretanto, ainda que com severas limitações, a educação tem a possibilidade de contribuir com a luta da classe trabalhadora, através da transmissão de conhecimentos alinhados às necessidades da classe proletária. Como afirma Tonet (2020, p.43), “é preferível fazer o pouco que é possível do que buscar o impossível

(educação emancipadora em sentido geral) ou, até pior, despende todas as suas energias para simplesmente reproduzir esse perverso sistema social”. E conhecer os interesses da burguesia na educação da classe trabalhadora é capaz de orientar uma prática docente contra-hegemônica, ainda que de maneira limitada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão, a partir da crítica marxiana, sobre os interesses da burguesia em despende forças para proporcionar uma educação voltada para a classe trabalhadora dos países periféricos, nos permitiu compreender os reais interesses da classe dominante, que vão além dos objetivos propagados. As conferências internacionais, financiadas e organizadas por instituições burguesas, resultaram em documentos, que orientaram os caminhos a serem trilhados pelos sistemas educacionais nos países alvo da expansão capitalista.

As justificativas que embasam esses documentos, têm como referência o ideal burguês, ao afirmar que a educação tem o papel de reduzir as desigualdades sociais, garantir a empregabilidade, contribuir para a justiça social etc. Ora, tais objetivos, que se colocam como a finalidade a ser atingida pela educação, são inalcançáveis, pois são antagônicos à necessidade do capital.

Ao propor objetivos inalcançáveis, a burguesia busca criar as condições necessárias para a reprodução do capital, que consistem na qualificação da mão de obra para extração do mais valor, bem como limitar o acesso da classe trabalhadora a um conhecimento superior, que possa ser usado na luta contra o capital. Enquanto a sociedade corre atrás dos ideais propostos pela educação burguesa, relativiza-se a luta de classes, que é a verdadeira saída para a classe trabalhadora.

As discussões e documentos produzidos durante as conferências internacionais sobre educação, nortearam o debate sobre a educação no Brasil, que culminou com as reformas educacionais iniciadas nos anos 90, e que seguem em curso na atualidade, sempre alinhadas aos interesses dos organismos internacionais. Entre os documentos que norteiam a educação pública no Brasil, destacamos a BNCC, que normatiza o currículo escolar das escolas públicas.

Ao entender os reais interesses da burguesia na elaboração da BNCC, que normatiza a educação ofertada pelo Estado para a classe trabalhadora no Brasil,

acreditamos ser possível desenvolver atividades educativas que visem contribuir com um conhecimento para além das propostas do capital.

Se uma educação antagônica ao capital é impossível neste contexto histórico, a partir do conhecimento da realidade social, que permite o entendimento de que a classe trabalhadora só encontrará sua emancipação em uma sociabilidade superior ao capitalismo, é possibilitado ao professor desenvolver pequenas práticas, que possam contribuir para a formação da consciência de classe nos filhos da classe trabalhadora. É de fato um pequeno passo, mas diante da realidade, é o limite insuperável da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/media/seb/pdf/d_c_n_educacao_basica_nova.pdf: Acesso em: 2 maio 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL, Ministério da educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)., Brasília, 2019.

DELORS, Jacques *et al.* **Educação: um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo, Cortez, 1998.

MAIA FILHO, Osterne *et al.* O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO: uma análise da reforma educacional da década de 1990. In: RABELO, J.; JIMENEZ, S.; SEGUNDO, M. D.M. (orgs). **O movimento de educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza, imprensa universitária, 2015.

MAIA FILHO, O. N. A perspectiva dialética na pesquisa em ciências humanas. *in*: TASSIGNY M.M; SAMPAIO, P.P (org) **Tema em psicologia I: experiências em pesquisa**. Fortaleza, Universidade de Fortaleza, 2009.

MARX, Karl, **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política: O processo de produção do capital**. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, K.; ANGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital : rumo a uma teoria da transição**; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

RABELO, J.; SEGUNDO, M.D. M.; JIMENEZ, S. Educação para todos e reprodução do capital. **Trabalho necessário**, v. 7, n. 9, p. 1-24, 2009.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 3. ed. ampl. Instituto Lukács, 2016.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. v. II. Brasil: Editora terra sem amos, 2020.

UNICEF, **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)**, [sd]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 1 maio 2023.